



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXVIII — Nº 103

SÁBADO, 15 DE SETEMBRO DE 1973

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 125ª SESSÃO, EM 14 DE SETEMBRO DE 1973

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

SENADOR RUY CARNEIRO — Agradecimento, em nome da Liga da Defesa Nacional, da colaboração prestada àquela instituição pelo Senador Jessé Freire.

SENADOR EURICO REZENDE — Visita que o Presidente Médici fará ao Estado do Espírito Santo no próximo dia 17.

SENADOR AUGUSTO FRANCO — Lançamento do livro do economista R. J. Costa, intitulado *O Primeiro Passo*, no qual focaliza problemas brasileiros.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Designação do Sr. Senador Ruy Carneiro, como membro da Mesa, para integrar a comitiva que acompanhará o Presidente Paulo Tórres à sessão solene da Assembleia Legislativa fluminense a realizar-se no próximo dia 18, em homenagem ao Presidente do Senado.

1.2.3 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 103/73, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que modifica o artigo 124 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de outubro de 1940.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projetos de Resolução nºs 1, 3, 7, 11, 24 e 27, todos de 1973, que denominam "Ruy Barbosa", "Eptácio Pessoa", "Bernardo Pereira de Vasconcelos", "Coelho Rodrigues", "Clóvis Beviláqua"

e "Lourival Fontes" às Salas destinadas às reuniões das Comissões Técnicas do Senado. (Tramitação conjunta). **Discussão adiada** para a sessão de 20 do corrente, nos termos do Requerimento nº 177/73.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR VASCONCELOS TORRES — Transcurso de mais um aniversário de criação da EMBRATEL. Considerações sobre o Projeto de Lei do Senado nº 103/73, de sua autoria, lido anteriormente.

SENADOR BENJAMIN FARAH — Realização pelo Senado Federal de cursos de treinamento e aperfeiçoamento de funcionários da sua Secretaria.

SENADOR OSIRES TEIXEIRA — Lançamento pela Associação dos Servidores da Agricultura do *Jornal da Agricultura*.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

3 — GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

— Edital de convocação de reunião da Comissão Deliberativa.

4 — CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

— Listas para preenchimento de vagas nas categorias que menciona.

5 — ATAS DAS COMISSÕES

6 — MESA DIRETORA

7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES.

ATA DA 125ª SESSÃO EM 14 DE SETEMBRO DE 1973

3ª Sessão Legislativa Ordinária Da 7ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS.

**PAULO TÓRRES, ANTÔNIO
CARLOS E ADALBERTO SENA**

Às 14,30 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Guimard —
Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José
Lindoso — Cattete Pinheiro — Milton
Trindade — Renato Franco — Alexandre

Costa — Clodomir Milet — José Sarney —
Fausto Castelo Branco — Petrólio Portella
— Helvídio Nunes — Virgílio Távora —
Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves
— Dinarte Mariz — Duarte Filho — Jessé
Freire — Domício Gondim — Milton
Cabral — Ruy Carneiro — João Cleofas —
Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnão
de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio
Vilela — Augusto Franco — Leandro Ma-
ciel — Lourival Baptista — Antônio
Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos —
Carlos Lindenberg — Eurico Rezende —
João Calmon — Amaral Peixoto — Paulo
Tórres — Vasconcelos Torres — Benjamin
Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro
— Gustavo Capanema — José Augusto —

Magalhães Pinto — Carvalho Pinto — Fran-
go Montoro — Orlando Zancaner — Bene-
dito Ferreira — Emival Caiado — Osires
Teixeira — Fernando Corrêa — Itálio
Coelho — Saldanha Derzi — Accioly Filho
— Mattos Leão — Ney Braga — Antônio
Carlos — Celso Ramos — Lenoir Vargas —
Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso
Outra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) —

A lista de presença acusa o comparecimento
de 65 Srs. Senadores. Havendo número regi-
mental declaro aberta a sessão.

Não há expediente a ser lido.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy
Carneiro

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Chefe da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER

Chefe da Divisão Industrial

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00

Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido
de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

O SR. RUY CARNEIRO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) —
Sr. Presidente e Srs. Senadores:

A liga da Defesa Nacional, essa notável organização cívica que luta por um Brasil forte, tranqüilo e feliz, encarregou-me de pronunciar umas palavras a respeito da atuação de um dos nossos mais ilustres colegas, o Senador Jessé Freire, representante do Rio Grande do Norte. E assim fez porque, na realidade, somos nós dois os únicos Senadores que pertencemos àquela entidade.

Como a liga da Defesa Nacional está mais do que sensibilizada diante do tocante apoio que o Senador Jessé Freire lhe tem prestado, solicito-me que desta tribuna fizesse um pronunciamento, mostrando ao Senado e ao Brasil o seu reconhecimento, a sua gratidão, pela maneira como o ilustre representante potiguar se tem conduzido naquela entidade.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, foi, com profundo júbilo que, antigo representante do Nordeste no Congresso Nacional, vi ingressar nesta Casa, através de eleição consagradora, meu eminente amigo Jessé Pinto Freire, lídima expressão da brava gente da terra potiguar.

Esse júbilo nascia do conhecimento que tinha e tenho desse exemplar homem público, e da certeza de poder ele, como Senador da República, realizar mais ainda em favor do País.

A alegria do velho amigo hoje — estou certo —, é partilhada com os meus nobres pares, que também têm visto reafirmarem-se as excelsas virtudes que ornaram a inteligência e o caráter de Jessé Freire, cuja atuação nesta Câmara Alta logo se fez sentir de maneira edificante.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, nesta oportunidade, para destacar uma das facetas mais brilhantes da personalidade de nosso estimado colega.

Quero referir-me, Sr. Presidente, e Srs. Senadores, à prestimosa colaboração que ele vem prestando à Liga da Defesa Nacional, como membro de seu Diretório Central, aliás ambos integramos os seus quadros com muito orgulho e honra. Essa assistência

continua, permanente e valiosa que S.Ex.^a oferece à tradicional organização cívica que tanto está sensibilizando aos nossos companheiros, é que me faz trazer-lhe hoje esta justa e pávida homenagem.

Dedicado às tarefas parlamentares, a capacidade de desdobramento de Jessé Freire permite-lhe, ainda, sem descuidar da Presidência da Confederação Nacional do Comércio, oferecer, com denodo, preciosa ajuda no sentido de manter acesa a chama de patriotismo e entusiasmo cívico que caracteriza a Liga da Defesa Nacional, fundada em 1916, pelo genial poeta brasileiro Olavo Bilac.

Jessé Freire, Sr. Presidente, é um seguidor sincero e eficiente daqueles que fizeram da Liga da Defesa Nacional — como por exemplo o saudoso e grande Osvaldo Aranha — essa instituição gloriosa de que todos nos orgulhamos, a começar pelo que ela realizou na campanha da instituição do serviço militar obrigatório, em 1917.

Sempre presente aos acontecimentos marcantes de nossa História, incentivando gerações e mais gerações no culto da Pátria, coadjuvando as altas autoridades da República nos movimentos e comemorações de sentido cívico, a Liga da Defesa Nacional passou a ter, em Jessé Pinto Freire, nestes últimos anos, um destacado e indomito colaborador.

Ora, Sr. Presidente, um homem público, absorvido por tantas e tamanhas tarefas como empresário, como político, como líder de classe, dificilmente poderia, como o fez nosso nobre colega, encontrar o tempo necessário para, também, levar a sua colaboração a uma entidade como a Liga da Defesa Nacional. No entanto, ele o tem feito, com dedicação, com desprendimento e com amor.

O Sr. Benjamin Farah — Permite V.Ex.^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Benjamin Farah — Quero solidarizar-me com V.Ex.^a na apreciação dessa figura simpática e admirável do nosso

colega Senador Jessé Freire. A verdade é essa mesma. Tantas são as suas preocupações, os seus afazeres, não só no Senado da República como na Confederação Nacional do Comércio, e ainda lhe sobra tempo para dedicar-se a uma instituição admirável que é a Liga da Defesa Nacional. Essa organização vem de longa data, fundada, como V.Ex.^a bem disse, pelo grande poeta de "Ouvir estrelas" e do "Caçador de Esmeraldas" e que fez uma peregrinação neste País despertando a consciência de brasilidade dos moços para que eles mais estimassem o Exército e, conseqüentemente, a nossa Pátria. A Liga da Defesa Nacional tem propugnado por um trabalho notável de educação. O papel dessa liga não pode ser ignorado por ninguém, sobretudo pelo Senado da República. V.Ex.^a faz muito bem em realçar, aqui, o grande esforço da Liga da Defesa Nacional e também a colaboração que lhe está dando o nobre Senador Jesse Freire. Por tudo isso, quero expressar a V.Ex.^a minha solidariedade.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço ao eminente representante do Estado da Guanabara, meu colega de Bancada, Senador Benjamin Farah, a sua intervenção nesta homenagem que, em nome da Liga da Defesa Nacional, estou prestando, hoje, no Senado da República, ao nosso colega, eminente representante do Rio Grande do Norte, Senador Jessé Freire. O aparte de V.Ex.^a é valioso sobretudo porque a liga tem sede na Guanabara, Estado que V.Ex.^a representa e o nobre Senador Jessé Freire, embora do Rio Grande do Norte, tem toda a sua atuação no Estado da Guanabara, terra maravilhosa, que V.Ex.^a representa.

Continuando, Sr. Presidente, dizia eu: Isto porque o Senador Jessé Freire é, acima de tudo, um grande patriota e sabe que não é somente na tribuna do Parlamento ou nos gabinetes das grandes organizações das classes produtoras que deve fazer-se presente e atuante na grande obra de desenvolvimento e progresso do País.

O Sr. Heitor Dias — V.Ex.^a me consente um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com muita satisfação, eminente Senador.

O Sr. Heitor Dias — Associe-me a esta homenagem que V. Ex^a presta ao nosso distinto companheiro, nobre Senador Jessé Freire. S. Ex^a é, sem favor, um homem de empreendimentos; um homem que emprega a sua atividade visando ao interesse coletivo. Quero dar um testemunho, sobre a obra que S. Ex^a vem realizando à frente da Confederação Nacional do Comércio, emprestando a sua solidariedade efetiva a iniciativas de alto mérito que se vêm levando a cabo em vários Estados através das Federações Sociais do Comércio. E no particular aprez-me citar o Serviço Social do Comércio na Bahia, a cuja frente se encontra também um homem altamente empreendedor, que é Deraldo Mota, e que está ali construindo uma obra digna dos maiores elogios. Terei ensejo de focalizar, circunstancialmente, a administração do Presidente da Federação do Comércio na Bahia na qual merece, para logo, ressaltado o seu cunho verdadeiramente social que vai de uma compelta colônia de férias a restaurantes para fornecimento, a preços modicíssimos, de alimentação aos comerciantes baianos. E, ainda, para acentuar a colaboração direta e objetiva que vem dando S. S^a à recuperação arquitetônica de um dos admiráveis conjuntos do Pelourinho, em Salvador. Assim, ao lado da atuação política do nosso eminente companheiro Jessé Freire, tem ele também uma atividade social de marcante relevo, com as suas vistas voltadas para a coletividade, não sendo, portanto, de surpreender o seu apoio à Liga da Defesa Nacional, entidade que se credencia ao respeito dos brasileiros. Pouco importa que esta tenha sua sede em outro Estado que não o dele. É que S. Ex^a não está plantando para si nem para alguns, mas ajudando a plantar para uma coelhita geral, que a todos atenda e que a todos beneficie. Por essas razões, prezado colega Senador Ruy Carneiro, quero associar-me a essa homenagem que V. Ex^a presta a nosso companheiro, que aqui tem sabido portar-se com aquele cavalheirismo, com aquela distinção que lhe marcam a personalidade de cidadão e de homem público.

O SR. RUY CARNEIRO — Muito reconhecido ao aparte do eminente representante da Bahia, meu velho amigo, Senador Heitor Dias.

Verifico que V. Ex^a está, como todos nós, como todos os demais Srs. Senadores, acompanhando a ação construtiva do nobre Senador Jessé Freire, pelo que acaba de revelar no seu aparte. Quero dizer a V. Ex^a que a Liga da Defesa Nacional, cujo lema é "Tudo pelo Brasil", pode ser sediada no Rio de Janeiro, mas pertence a toda a Nação e defende os princípios que norteiam — o bem e a felicidade desta Pátria.

O Sr. Heitor Dias — Permita-me V. Ex^a ainda acresça algumas rápidas considerações?

O SR. RUY CARNEIRO — É alegria para mim, nobre Senador.

O Sr. Heitor Dias — É para ressaltar a personalidade do nosso companheiro. É que exatamente quando comemorávamos o Ses-

quicentenário da instalação do Poder Legislativo no Brasil, a Confederação Nacional do Comércio prestou ao Poder Legislativo, representado pelos seus dirigentes maiores, homenagem altamente significativa e honrosa, tendo sido inclusive, oferecida ao Presidente do Congresso Nacional, que na época era o nosso querido e saudoso companheiro Senador Filinto Müller, uma placa de prata, assinalando o evento, numa demonstração de amor e solidariedade ao Poder Legislativo do Brasil.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço essa complementação, Senador Heitor Dias. Vem ela demonstrar, mais uma vez, o conceito que faz do homenageado pela Liga da Defesa Nacional, através de minha voz, neste Plenário.

Também no campo da educação, do preparo das novas gerações, exige-se a sua colaboração, para a continuidade da formação espiritual do povo brasileiro. E em muito poucas instituições, poderia Jessé Freire encontrar — como encontrou — oportunidade de realizar-se, também, como homem afeito às manifestações de caráter cívico, de fé e de patriotismo, como na direção da Liga da Defesa Nacional.

O Sr. Jessé Freire — Senador Ruy Carneiro, permite V. Ex^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com muita satisfação.

O Sr. Jessé Freire — Acabo de entrar em plenário e fui cientificado, pelo meu colega Senador Duarte Filho que V. Ex^a estaria pronunciando um discurso sobre o meu trabalho à frente da Confederação Nacional do Comércio, dos organismos de assistência social e de aperfeiçoamento do Ensino Comercial, como também pôs em destaque minha modesta atuação como Diretor da Executiva da Liga da Defesa Nacional. Estou certo de que as palavras carinhosas pronunciadas por V. Ex^a são frutos do seu coração generoso e do seu espírito ímpar de homem público. Nada mais tenho feito do que trabalhar com patriotismo em favor daquilo que acho justo para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Minha atuação à frente da Confederação Nacional do Comércio tem-se pautado pela visão do meu País como um conjunto, não esquecendo nenhum Estado, do Amazonas ao Rio Grande do Sul. Em seis anos de Presidente, tenho cumprido com o meu dever, graças à colaboração inestimável de tantos companheiros que me ajudam a trabalhar perseguindo esse desiderato, como o ilustre Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, o nobre Senador Flávio Britto, o Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Dr. Thomas Pompeu e o meu companheiro de Diretoria, o nobre Senador Wilson Campos. Queira V. Ex^a aceitar os meus agradecimentos mais sinceros, certo de que eles partem do íntimo da minha alma, que se encontra, como a de V. Ex^a, propugnando para que o Brasil possa, dia a dia, mais se alçar no concerto de todas as nações do mundo, como vem se impondo ao respeito e à consideração dos seus filhos. Muito obrigado.

O SR. RUY CARNEIRO — Senador Jessé Freire, V. Ex^a nada tem a agradecer-me. Minha presença nesta tribuna é para exaltar uma grande figura do Nordeste. Se fosse exclusivamente por uma questão afetiva, não teria nenhum mérito. Mas eu aqui estou, em nome da Liga da Defesa Nacional, aplaudindo a conduta de V. Ex^a naquela Casa, como Membro da sua Comissão Diretora. O trabalho que V. Ex^a vem ali realizando é de tal natureza, que eles se sentiriam na obrigação, para não o fazer pelos jornais, de pedir a um colega seu — porque também pertencem à liga — que no caso foi escolhido um homem da Paraíba, terra irmã do Rio Grande do Norte, para homenagear V. Ex^a.

De sorte que V. Ex^a nada tem a agradecer-me, porque exalto as suas virtudes, como amigo, como nordestino, como colega, com o maior prazer. Mas aqui não fala o Senador Ruy Carneiro. Aqui fala um membro da Liga da Defesa Nacional que ocupa o cargo de Senador, dizendo do agradecimento da Liga da Defesa Nacional à ajuda valiosa que V. Ex^a lhe tem prestado.

O Sr. José Lindoso — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer, Senador José Lindoso.

O Sr. José Lindoso — Desejamos em nome da nossa Liderança, associar-nos à homenagem que V. Ex^a, em nome da Liga da Defesa Nacional, está prestando ao Senador Jessé Freire, Presidente da Confederação Nacional do Comércio. V. Ex^a vai me permitir uma divergência com relação às colocações que fez. V. Ex^a, que representa um dos melhores tipos do Nordeste, na grandeza do coração e na responsabilidade da cidadania, diz que fala pela sua Paraíba, em nome da Liga da Defesa Nacional, para homenagear um homem do Nordeste. Pela Liderança, dizemos que V. Ex^a fala pelo Senado, em nome do Brasil, para homenagear um cidadão nosso, um brasileiro ilustre que, não só na Liga da Defesa Nacional, presta serviços ao nosso País, mas também na Confederação Nacional do Comércio e na condução das entidades ligadas à área patronal do comércio. Sentimo-nos à vontade para, não só em nome da nossa Liderança, homenagear um ilustre colega do Senado, mas como um dos colaboradores antigos da obra que o Comércio realiza em prol do comércio e do trabalhador, de endossar esta homenagem, de engrandecê-la com este toque nacional que a eventualidade do exercício da Liderança nos confere. Efetivamente, não só na Liga da Defesa, que se constitui, na nossa História, numa entidade vigilante, com um patrimônio de serviço extraordinário em defesa das tradições, da grandeza nacional, não só ali se opera essa conscientização da defesa nacional. Hoje, todos os brasileiros esclarecidos se empenham nessa tarefa. E a V. Ex^a, embora de uma legenda que não é a mesma que a nossa — o que para nós é sempre motivo de lamentação, porque V. Ex^a honra qualquer legenda partidária — nós diríamos que, no Senado, todos pelejamos pela defesa nacional quando cumprimos o nosso dever. No caso de Jessé Freire, S. Ex^a, não só na

Liga como nas entidades vinculadas à Confederação Nacional do Comércio, presta serviços à defesa nacional quando promove aquilo que inspirou João Draudt de Oliveira a organizar o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, SENAC, e o Serviço Social do Comércio SESC, e que paralelamente existe na área da indústria como Serviço Social da Indústria, SESI, e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SENAI. Experiência que exportamos para outros países que vivem a mesma conjuntura na busca do ajustamento entre o capital e o trabalho na base da justiça social, no cumprimento do princípio de que, realmente, o novo nome da paz é desenvolvimento, e desenvolvimento sem justiça não existe. A justiça é, realmente, desenvolvimento na conjugação da força do trabalho e do capital, numa linha de equilíbrio, colocada a Pátria e seus interesses supremos em primeiro lugar. Dentro dessa grandeza, dentro dessa perspectiva nacional, nos associamos a esse registro que a Liga de Defesa Nacional pediu que V. Ex.^a fizesse e o credenciou de modo felicíssimo, porque se tivéssemos de tentar uma emulação com V. Ex.^a seria a de disputar qual de nós teria mais qualidades cívicas para falar, realmente, em defesa nacional e no interesse do Brasil, que V. Ex.^a o faz sempre com todos os aplausos da Casa. Endossando, portanto, as palavras de V. Ex.^a, a nossa Liderança se associa à homenagem ao nosso concidadão Senador Jessé Freire.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço as palavras generosas do Líder da Maioria, Senador José Lindoso, nos conceitos específicos à minha humilde pessoa. Acho que a Liga, ao ouvir hoje à noite, através da Radiodifusão na "Hora do Brasil", a resenha dos nossos trabalhos, vai ficar muito lisonjeada ao verificar que a Maioria da Casa, através da palavra do eminente Líder Senador José Lindoso, veio ao encontro das considerações que aqui estamos tecendo, para agradecer a assistência magnífica e tocante que o nosso colega, Senador Jessé Pinto Freire, vem dispensando àquela organização.

A palavra da Liderança, vem trazer a esta homenagem que estou prestando, em nome da Liga, ao Senador Jessé Freire, a solidariedade de toda a Casa, porque acredito que a minha Bancada também se associa conosco, visto que a Liga da Defesa Nacional representa o espírito cívico e democrático do País e o homenageado é digno do apreço de todos nós.

O Sr. Magalhães Pinto — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer, Senador.

O Sr. Magalhães Pinto — Desejaria trazer a solidariedade da Bancada mineira, embora já esteja implícito nas palavras do Líder, Senador José Lindoso, palavras que são de congratulações com o nosso colega Jessé Pinto Freire, pelo trabalho que vem realizando neste País, através da Confederação e dos Órgãos que lhe são subordinados. Em Minas Gerais, o SESC e a Confederação estão presentes e nós só temos motivos de nos congratular com S. Ex.^a pelo serviço que presta

ao bom entendimento entre os comerciantes e a classe patronal. Desejo felicitar V. Ex.^a pelo discurso que está proferindo, e dar ao Senador Jessé Freire a certeza de que, na Bancada mineira, encontra seus maiores admiradores e amigos pela obra que está realizando.

O SR. RUY CARNEIRO — O aparte do eminente representante de Minas Gerais, Senador Magalhães Pinto, por si só representa um grande contingente. Acredito que a Liga da Defesa Nacional vai ter imensa alegria, muito embora no pronunciamento do Líder da Maioria já estivesse implícita a solidariedade de todos aqueles que fazem parte do Partido do Governo, nesta Casa. Mas a intervenção, nos termos em que foi feita, pelo representante de Minas Gerais, deve estar tocando fundamentalmente a sensibilidade do Senador Jessé Freire e também da Liga.

Muito agradecido, Senador Magalhães Pinto, pelo apoio que V. Ex.^a deu a esta manifestação da Liga da Defesa Nacional ao Senador Jessé Freire.

O Sr. Flávio Britto — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com muita satisfação, ouço V. Ex.^a, nobre Senador Flávio Britto.

O Sr. Flávio Britto — Nobre Senador Ruy Carneiro, o nosso Líder e amigo, Senador José Lindoso, falou em nome da Liderança, portanto, em nome de toda a nossa bancada. Mas, a agricultura brasileira não poderia deixar passar a oportunidade de trazer a esta Casa o seu testemunho do que têm sido as administrações desse ilustre colega, esse ilustre nordestino, à frente da Confederação do Comércio. Em 1973, Jessé Pinto Freire conseguiu, perante outros países e os Estados do Brasil, que a 3ª Conferência das Classes Produtoras fosse realizada no Brasil, e no Estado da Guanabara. Todos estamos lembrados do que foi a 3ª Conferência, em que pôde o Brasil e alguns países que aqui compareceram, sentir e ver o que é o comércio brasileiro. Em 1964, Jessé Pinto Freire, nas suas andanças pela Europa, conseguiu que o 24º Congresso do Comércio Internacional fosse realizado no Brasil, na Guanabara, instalando-se no Hotel Glória, onde compareceram dezenas de países para, juntamente aqui no Brasil, com os empresários comerciais, se discutir problemas, e dos quais muitos já estão aí, em discussão nos Corredores da Exportação, resultado do trabalho da Confederação do Comércio. E se isto ainda não fosse suficiente, hoje, no Brasil, com a estrutura que tem a Confederação do Comércio — nos Municípios os Sindicatos, nos Estados as Federações e, na Capital da República, a Confederação — sob seu comando, passou a haver essa paz, essa tranquilidade, porque nunca mais, desde a direção do Senador Jessé Freire, de 1964 para cá, se ouviu falar em greve de comerciantes. Isto é o comando forte, é o comando ativo desse grande nordestino, porque sem comércio não há indústria, sem comércio não há agricultura, quem sabe comercializar são os sindicatos, são os filiados da Confederação do Comércio. Meus parabéns, caro Senador Ruy Carneiro, pela grande oportunidade que deu ao Presidente da Con-

federação, ao declarar, de público, tudo que a Confederação deve ao Senador Jessé Pinto Freire.

O SR. RUY CARNEIRO — O depoimento valioso do eminente representante do Estado do Amazonas, Senador Flávio Britto, é muito importante. Como venho repetindo e continuarei fazendo, a Liga da Defesa Nacional deve sentir-se profundamente desvanecida diante de pronunciamentos como este que V. Ex.^a, Senador pelo glorioso Amazonas, — o grande Estado que está marchando para o seu notável e justo destino, — acaba de fazer. V. Ex.^a revela o que todos sabem; mas V. Ex.^a sabe mais do que nós outros, porque é também Presidente da Confederação Nacional da Agricultura; e como Presidente dessa entidade, está revelando ao Brasil o que o homenageado da "Liga da Defesa Nacional", o representante do Estado do Rio Grande do Norte, Senador Jessé Freire, tem feito em benefício da agricultura.

Muito agradecido, Senador Flávio Britto.

Sr. Presidente, Srs. Senadores: Concluindo as minhas considerações esclareço que recebi missiva do meu ilustre e querido amigo, o conceituado médico patricio Dr. Elias José Grego, membro destacado daquela entidade, através da qual narra o que tem sido Jessé Freire na organização: patriota autêntico, que se emociona, que se sensibiliza e que se entrega inteiramente a obras meritórias como essas, programadas e levadas a efeito pela Liga da Defesa Nacional, há longos anos, cujo lema é: "Tudo pelo Brasil!" (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Concedo a palavra ao nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE (Pronuncia o seguinte discurso — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Simbolicamente, o Estado do Espírito Santo, na próxima segunda-feira, alterará a Constituição Federal, para decretar que aquele dia seja feriado nacional. É que a generosa terra capixaba, através do seu povo e do seu Governo, irá receber a visita, honrosa e cativante, do eminente Presidente Emílio Garrastazu Médici.

Podemos afirmar, sem receio de contestação, que a atual administração federal foi, em todos os tempos, a mais benemerita, a mais profícua, a mais assistencial para com o meu Estado. Por isso mesmo, proporcionalmente, na geografia dos Estados brasileiros, S. Ex.^a receberá ali, em nosso rincão amado, a maior homenagem prestada a um homem público brasileiro.

Na oportunidade da excursão presidencial à terra de Maria Ortiz, desejo assinalar e caracterizar o somatório imenso de conquistas e de realizações em favor do nosso desenvolvimento econômico.

O Espírito Santo, Sr. Presidente, é hoje um Estado debruçado sobre o mundo, porque ali, na Grande Vitória, se implantou o maior embarcadouro de minérios da Terra; por ali passam as valentes e gloriosas paralelas de aço da "Companhia Vale do Rio Doce" que, no gênero, é uma das mais importantes autarquias em todo o mundo, a ponto de despertar e recrutar o interesse e o inves-

timento do capital estrangeiro, que encontra no teatro capixaba a ribalta iluminada para as suas grandes e maciças inversões.

Como prova daquelas conquistas e daquelas realizações, além do Cais de Tubarão, devemos mencionar como gesto assistencial do Governo do Presidente Médici, a outorga de recursos para a construção de duas grandes pontes ligando a ilha ensolarada de Vitória ao nosso portentoso Continente.

Ali, — e esta afirmação o fazemos com um orgulho imenso, que não é vaidade regional porque interessa a todo o País — vão-se iniciar, dentro em breve, as obras da maior usina siderúrgica da América Latina, com a injeção de capitais japoneses e italianos, principalmente os primeiros.

Para se ter uma idéia, Sr. Presidente, da grandeza dessa obra, cuja implantação está assegurada, basta citar dois elementos: a sua produção até 1980 atingirá a cifra superavitária de 12 milhões de toneladas, muito mais do dobro da atual produção brasileira de aço. Nesta faixa — e este é o segundo dado — aquela grande iniciativa industrial assegurará a oportunidade de cento e vinte mil empregos.

Sr. Presidente, motivo também de orgulho capixaba em favor do Brasil é quando o Governo do Presidente Médici resolveu estabelecer um instrumento vigoroso de desenvolvimento nacional e decidiu criar quatro corredores de exportação, um dos quais está sendo implantado no Espírito Santo. Trata-se de uma iniciativa multiplicadora, porque exige a complementação de obras de infraestrutura, principalmente rodo-ferroviária e marítima.

Temos, também, graças à decisão do Governo do Presidente Médici, assegurada a construção do terminal de álcool e açúcar, batalha vencida pelo nosso Estado, numa competição leal com a nobre e generosa Província do Rio de Janeiro, mas cuja opção obedeceu, tranquilamente, à técnica governamental, a qual, entendeu possuir o Espírito Santo requisitos e condições privilegiadas para aquele empreendimento.

O Governo do Presidente Médici garantiu, outrossim, a expansão da Companhia Ferro e Aço de Vitória que, num sistema integrado, irá instalar uma usina siderúrgica de grande capacidade de produção, na faixa do cais de Tubarão.

Temos confirmado ainda — os estudos já foram concluídos e, por via de consequência, nos encontramos nas cercanias da decisão governamental — o estaleiro de reparos navais, que, como o corredor de exportação, é uma indústria multiplicadora.

Marchamos, graças ao gesto assistencial do Governo Médici, igualmente para a terceira usina de pelotização, controlada pela "Companhia Vale do Rio Doce".

Devemos assinalar, também, com euforia e agradecimento, que foi no Governo do Presidente Médici que se concluiu o asfaltamento das duas mais importantes rodovias brasileiras: a BR-101, que une as Capitais do País, de Natal ao Rio Grande do Sul e a BR-262, projetada para ser a maior extensão rodoviária da América do Sul e que, atravessando o Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, irá, através de convê-

nios internacionais, transpor os contrafortes dos Andes peruanos e alcançar Pucallpa, tendo, como meta final, o Porto de Callao, no Pacífico, perto de Lima, estabelecendo assim a ligação do Brasil, em Vitória, no Oceano Atlântico, com o Oceano Pacífico.

Tudo isto revela a grande importância, para o Espírito Santo, da administração benemerita, honrada, de nosso, do eminente Presidente Emílio Garrastazu Médici.

Mas, todas estas conquistas, todo este somatório de realizações, tiveram, também, como fator decisivo, a pertinácia, a persuasão, o contato permanente, vale dizer, a ponte mental que o jovem e ilustre Governador do meu Estado, Engenheiro Arthur Carlos Gerhardt Santos, edificou entre o Palácio Anchieta e o Palácio do Planalto, num sistema de interligação e de vasos comunicantes com todos os órgãos da administração direta e indireta, de permeio com o bom e vitorioso entendimento com o honrado empresariado brasileiro e estrangeiro. S. Ex^a, o Governador, tem, a esta altura, pelo acervo de empreendimentos, a consciência tranquila do dever exemplarmente cumprido, com o que vem correspondendo à confiança do Senhor Presidente da República e do povo capixaba, através da Assembléia Legislativa, que nele contempla um dos maiores governadores que o Espírito Santo teve em todos os tempos. Pode S. Ex^a exibir, a partir de hoje, a convicção, imensamente confortadora de que foi o pioneiro, o desbravador do novo Espírito Santo que, proporcionalmente, repetimos, em matéria de relações econômicas internacionais, é o maior Estado da Federação, porque jamais o capital estrangeiro fez tantos investimentos como no pequeno e grande Estado do Espírito Santo.

Por tudo isto, Sr. Presidente, o povo capixaba, na próxima segunda-feira, irá escancarar todas as portas, todas as emoções e todas as alegrias da sua hospitalidade, para tributar ao Presidente Emílio Garrastazu Médici a sinceridade do seu reconhecimento e a justiça — sobretudo a justiça — da sua gratidão, dando-lhe o título do mais Benemérito Governo Federal que o Espírito Santo já teve. Deste modo, o povo capixaba se torna digno da legenda da sua bandeira: "Trabalha e Confia". Trabalha, como se tudo dependesse de ti, e confia, como se tudo dependesse de Deus! (Muito bem! Muito bem! Palma prolongadas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Franco.

O SR. AUGUSTO FRANCO (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Editora APEC acaba de lançar, do Economista Rubens Costa, um livro de extraordinária significação para o Nordeste **O Primeiro Passo**. Nestes últimos dias, incluindo a *Semana da Pátria*, tive a oportunidade de rever, com o enfoque inteligente desse jovem homem público brasileiro, a natureza complexa dos problemas de minha região. Mas criou para mim, Sr. Presidente, a obrigação de comentar, ainda que sumariamente, esse depoimento, sereno mas

percuciente, com que o ex-presidente do Banco do Nordeste alerta a consciência pública nacional para a realidade nordestina.

Devo dizer desde logo que o livro não é um depoimento a mais sobre o Nordeste, mas, ao contrário, um depoimento definitivo. Não é um trabalho dogmático mas, ao contrário, um exercício prático da melhor didática. Não expõe, discute. Não impõe, convence. Não teoriza, esclarece. Daí, Sr. Presidente, o seu alto sentido pedagógico. O que ele tem de mais atrativo, no entanto, é o fato — ressaltado desde logo na apresentação do Editor — de que "o administrador e o técnico estiveram permanentemente sentados na mesma cadeira, sem que um se pusesse à frente do outro, cada vez que um dos estudos ou discursos reunidos foi escrito".

A dimensão extraordinária do livro reside exatamente no fato de não se recusar Rubens Costa à discussão de nenhum dos temas que compõem a complexa realidade nordestina. Ao lado disso, não é uma visão emocional nem tem o tom regionalista exacerbado que tantos prejuízos têm causado ao Nordeste. Com a mesma serenidade objetiva com que mostra alguns aspectos particularmente graves da perda do poder aquisitivo das parcelas de menor renda das populações urbanas das capitais do Nordeste, aborda os temas polêmicos, como a influência da expansão demográfica sobre a distribuição da riqueza. Pode-se, eventualmente, discordar de algumas conclusões a que ele chega. Mas não se pode deixar de reconhecer o caráter íntegro, seguro e de base científica que serve de fundamento às suas discussões.

Permito-me, Sr. Presidente, uma referência específica ao problema dos incentivos fiscais. No capítulo terceiro, que tem por título exatamente **Um Instrumento de Incentivo**, o atual Presidente do BNH extermina, da maneira ampla e exaustiva, os tabus que, com alguma eficácia, serviram para pulverizar em uma série de outras iniciativas, um sistema que se revelou particularmente útil na diminuição das disparidades regionais de desenvolvimento. São cinco trabalhos que os governos nordestinos deviam tomar a iniciativa de divulgar em todo o Brasil. No primeiro, o Economista Rubens Costa faz o que talvez seja a mais completa avaliação financeira do sistema, em todos os seus ângulos. Traça, no segundo, uma crítica contundente às contestações que se fizeram ao mecanismo financeiro. Mostra, no seguinte, que os incentivos não têm qualquer relacionamento com o déficit orçamentário, deixando claro o caráter multiplicador, sob a forma de impostos para a União, dos investimentos feitos com base nos artigos 34/18. Evidencia, no penúltimo, os resultados objetivos da industrialização nordestina e defende, por fim, a necessidade de não se interromper uma política que, além de se mostrar eficaz, representa, em última análise, o meio, o instrumento e o caminho mais rápido para alcançarmos o fim da realidade mostrada de maneira tão viva quanto eloquente, no memorável discurso com que o Presidente Médici anun-

ciou o fim da política de paliativos para a Região Nordeste.

Não sei, Sr. Presidente e Srs. Senadores, se será demais referir-me à bravura intelectual desse técnico que se revela, antes de ser técnico, um autêntico pensador, um homem permanentemente preocupado com o destino de sua terra e de seus semelhantes. Uso esta expressão porque os pseudotécnicos se refugiam na neutralidade de suas crenças pseudocientíficas para exercerem o direito de não ter opinião. O livro de Rubens Costa revela, de maneira sutil mas objetiva, que não há incompatibilidade entre a fidelidade que o cientista social deve à sua ciência e a obrigação que temos todos de nos manifestarmos de acordo com as nossas próprias razões. Esse trabalho que é uma coletânea de discursos, artigos e manifestações, poderia, sem nenhum demérito, limitar-se aos problemas de natureza social ou econômica, que formam a sua especialidade. No entanto, o autor deixa evidente a universalidade de suas preocupações, quando discute, num dos mais eloquentes dos nove capítulos que compõem a sua obra, assuntos como "a missão da Igreja na construção do mundo de hoje". Lembro-me, Sr. Presidente, da polêmica apaixonada que desencadeou no Brasil a divulgação das previsões do futurologo americano Herman Khan. Indignamo-nos quase todos, com os resultados das projeções econômicas em que se baseou o Hudson Institute para afirmar que, mantidas as tendências da época, chegaríamos ao fim do século com uma renda *per capita* em torno de US\$ 500,00. Pois são exatamente desses estudos que Rubens Costa se vale para mostrar o sentido positivo que pode tirar de observações aparentemente ofensivas.

Empregando uma linguagem acessível, valendo-se de exemplos ao alcance de qualquer leigo, ele usa os dados e as conclusões de Herman Khan para nos advertir da infalibilidade de certas conclusões da ciência econômica, se não utilizarmos os instrumentos e os mecanismos ao nosso alcance, para operarmos aquelas mudanças que o ex-Ministro Roberto Campos chamou de "reversão das expectativas". Creio não haver exemplo mais patente do que pode e do que deve um técnico, verdadeiramente consciente de sua missão. Não houve dado, não houve mensagem, não houve meio lícito e convincente que ele não tivesse usado para demonstrar que os serviços prestados ao Nordeste, pela coletividade brasileira, são, na realidade, serviços prestados ao Brasil.

Sinto, Sr. Presidente, que deveria dizer muito mais. Mas sinto também, que, por mais que eu diga, não direi senão muito pouco do que o livro diz. Julgo, por isso mesmo, que o livro de Rubens Costa deveria ser transformado num manual universitário de "Estudos Brasileiros", porque, na verdade, não há lição mais eloquente de amor ao Brasil.

O Sr. Arnon de Mello — Nobre Senador, V.Exª dá permissão para um aparte?

O SR. AUGUSTO FRANCO — Perfeitamente.

O Sr. Arnon de Mello — Cheguei agora ao plenário e vejo, com muita alegria, que V.Exª se refere ao livro do Dr. Rubens Costa, um dos melhores técnicos deste País. V.Exª faz muito bem em destacar a personalidade desse homem competente. É um homem que estuda os problemas brasileiros, e especialmente nordestinos, e, com a luz da sua inteligência, indica para eles as devidas soluções. É, portanto, um bom brasileiro, que colabora com lucidez e brilho na obra revolucionária que o Governo empreende.

O SR. AUGUSTO FRANCO — Muito obrigado pelo aparte, nobre Senador Arnon de Mello.

O Sr. Clodomir Milet — Permite-me V.Exª um aparte?

O SR. AUGUSTO FRANCO — Com prazer, ilustre Senador Clodomir Milet.

O Sr. Clodomir Milet — Aproveitando o discurso de V.Exª, informo ao Senado que a Comissão de Assuntos Regionais oficiou ao Presidente do Banco Nacional da Habitação, Professor Rubens Costa, para que S.Exª pronuncie uma conferência sobre os problemas daquele Banco e sobre as atividades do Governo no setor habitacional. S.Exª já nos respondeu afirmativamente, marcando a data de 3 de outubro para a palestra. Na oportunidade, S.Exª abordará tema da maior importância, dirá o que se tem feito, o que se pretende fazer e quais os resultados colhidos. Teremos o ensejo de ouvir S.Exª tratar dos temas que aborda no seu livro, dos problemas do Banco Nacional da Habitação e principalmente o que se tem feito nesse setor.

O SR. AUGUSTO FRANCO — Nobre Senador Clodomir Milet, é com muito agrado, com muita satisfação que recebo a notícia de que o Professor Rubens Costa virá à Comissão de Assuntos Regionais do Senado Federal para falar sobre o Banco Nacional da Habitação, principalmente, sobre os problemas nordestinos. Muito obrigado pelo aparte de V.Exª.

Nós nordestinos, Sr. Presidente, temos muito do que nos orgulhar. Nada nos toca rraís a sensibilidade, porém, do que o reconhecimento que nunca nos faltou, de que o Nordeste sempre foi um celeiro de homens e de idéias, realidade que se exprime, de maneira insofismável, em todas as análises do panorama intelectual brasileiro. Não sei se é a rudeza do meio, não sei se é o amor acendrado a esse mesmo meio, hostil é verdade, mas inexplicavelmente generoso, que gera o sentimento de apego do homem à terra. Sei, sim, que isto nos envaidece. Ao ler o livro de Rubens Costa, um nordestino explicando aos brasileiros a sua gente, a sua terra e o seu meio, pode rever a estirpe dos pensadores que como Tavares Bastos, que como Gilberto Freyre, que como Tobias Barreto ou Sílvia Romero, fizeram do talento o meio mais útil de servir ao Nordeste. Rubens Costa, com esse seu *Primeiro Passo*, mostrou, Sr. Presidente, que pertence a essa mesma estirpe de homens de pensamento que são, ao mesmo tempo, para glória nossa, homens de ação. Que possa chegar até ele, na modéstia de seu trabalho quase anônimo, a gratidão, o reconhecimento e o

apeço a que faz jus por seu devotamento ao Nordeste. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Em 11 do corrente, esta Presidência, ouvidas as Lideranças, designou os integrantes da comitiva que acompanhará o Senhor Presidente Paulo Tórreres, à sessão solene que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro fará relizar, no próximo dia 18, em homenagem à Sua Excelência.

Para fazer parte, também, daquele comitiva, esta Presidência designa, ainda, como Membro da Mesa, o Senhor Senador Ruy Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 103, DE 1973

Modifica o artigo 124 do Decreto-Lei 2.627, de 26 de outubro de 1940.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 124 do Decreto-Lei nº 2.627, de 26 de outubro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 124 A sociedade anônima ou companhia terá um conselho fiscal, composto de três ou mais membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pela assembléia geral ordinária, os quais poderão ser reeleitos.

§ 1º do conselho fiscal participará, obrigatoriamente, pelo menos, um Técnico em Contabilidade, ou Contador, legalmente habilitado.

§ 2º a remuneração dos membros do conselho fiscal será fixada, anualmente, pela assembléia geral ordinária que os elege."

Art. 2º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

É sabido e notório que o papel que representa o Conselho Fiscal de uma Sociedade Anônima nada mais é que uma farsa.

Os conselhos nada examinam, porque já se tornou lugar-comum não examinarem os livros e documentos pela simples razão, via-de-regra, de não serem capacitados para realizar tais exames.

Os pareceres do Conselho Fiscal, normalmente, consubstanciam uma pantomima. É um jogo mentiroso da Diretoria, cujo intuito é ludibriar acionistas e público.

Se buscarmos os responsáveis pelos relatórios, vamos encontrá-los, não entre os que firmaram o parecer do Conselho Fiscal, e sim, por trás dos bastidores da Diretoria.

E, no entanto, a responsabilidade legal repousa nos membros do Conselho Fiscal, embora, comumente, desconheçam eles, tecnicamente, a ciência da contabilidade, salvo raras exceções.

São danosas as consequências dos balanços e balancetes "encomendados" pelas

Sociedades Anônimas, balanços esses analisados e referendados pelo Conselho Fiscal.

Não sendo eles exatos, espelho cristalino das operações econômico-financeiras da empresa, como, geralmente acontece, múltiplos são os danos que deles emanam.

Exemplificando: se a empresa progride, se expande e amalha lucros, através de "jeitinhos", "válvulas de escape" jogadas e manobras diversas, escamoteando os dados certos, exatos, o lesado é o governo, com a capação dos impostos, é a sociedade, o povo.

Se a empresa cai em dificuldades, com baixos lucros ou, mesmo, com prejuízos, o balanço não reflete, também, tal realidade, mas a sua preparação é "encomendada" e os resultados recebem pinceladas que lhes modificam os números. Ludibriam-se os acionistas e se montam as mazelas para tapear as fontes de crédito, de financiamento.

Para que se coíbam ou, pelo menos, se evitem tais abusos, um dos meios eficazes de saneamento é a obrigatoriedade de constituir-se o Conselho Fiscal com um Técnico em Contabilidade ou Contador, legalmente habilitado.

Tal medida traz um duplo benefício à sociedade:

a) Visa eliminar distorções e responsabilizar os responsáveis, na análise das contas das sociedades anônimas;

b) Contribuir para a valorização e o exercício de um direito que assiste, tão-somente, aos Técnicos em Contabilidade e aos Contadores.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1973. — Senador Vasconcelos Torres.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO LEI Nº 2.627 DE 26 DE SETEMBRO DE 1940

Dispõe sobre as sociedades por ações

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

CAPÍTULO XII

Do conselho fiscal

Art. 124. A sociedade anônima ou companhia terá um conselho fiscal, composto de três ou mais membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pela assembléia geral ordinária, os quais poderão ser reeleitos.

Parágrafo único. A remuneração dos membros do conselho fiscal será fixada, anualmente, pela assembléia geral ordinária que os elegeu.

As Comissões, de Constituição e Justiça e de Economia.

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — O projeto lido será publicado e, em seguida, remetido às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Terminada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 1973, de autoria do Sr. Senador Milton Carneiro, que resolve denominar "Sala Ruy Barbosa" uma das salas do Anexo II, destinada às reuniões das Comissões Técnicas, tendo

PARECERES: sob nºs 301, 302 e 370, de 1973, das Comissões

— de Constituição e Justiça, 1º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do projeto; 2º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do substitutivo da Comissão Diretora, com Subemenda nº 1-CCJ que apresenta; e

— Diretora, favorável, nos termos do substitutivo que oferece.

A discussão do presente projeto foi adiada, em virtude de requerimento aprovado pelo Plenário, quando da inclusão na Ordem do Dia da sessão de 31 de agosto passado. O Regimento Interno, entretanto, no § 2º do art. 311, permite um segundo adiamento por prazo não superior a 30 dias.

Com este objetivo, foi encaminhado à Mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 177, DE 1973

Nos termos do art. 311, alínea "c", do Regimento Interno, requiro adiamento da discussão do Projeto de Resolução nº 1, de 1973, que resolve denominar "Sala Ruy Barbosa" uma das salas do Anexo II, destinada às reuniões das Comissões Técnicas (tramitando em conjunto com os Projetos de Resolução nºs 3, 7, 11, 24 e 27, de 1973), a fim de ser feita na sessão do dia 20 próximo.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1973. — Senador Petrônio Portella.

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — De acordo com a deliberação do Plenário, a matéria figurará na Ordem do Dia da sessão do dia 20 do corrente, conjuntamente com os Projetos de Resolução nºs. 3, 7, 11, 24 e 27, de 1973, constantes dos itens nºs. 2 a 6 da pauta, que tramitam em conjunto com esta proposição.

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Vasconcelos Torres, por cessão do nobre Senador Milton Cabral.

O SR. VASCONCELOS TORRES (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL — está comemorando mais um aniversário de fundação. Se há alguma coisa neste País que mereça registro nos Anais parlamentares é justamente essa efeméride, porque marca, nesse quase decênio, uma verdadeira revolução de um País

com dimensões continentais, mas que não falava consigo mesmo. Alguns Estados eram mudos diante de outros. E quando surgiu a EMBRATEL, o que se viu, o que se pôde sentir, é que a integração, que penosamente já vinha sendo feita, pôde ser eletronicamente realizada a partir, principalmente, da inauguração da estação rastreadora de satélites, no município de Itaboraí, no Estado que tenho a honra de modestamente representar nesta Casa.

Coube ao extinto Presidente Costa e Silva desatar aquele laço verde-amarelo da tradição das cerimônias brasileiras e que permitiu, como passo inicial, aquilo que, Sr. Presidente, é extraordinário entre os povos: a comunicação. É, se o meu inglês não falha neste instante, *mass media*, a comunicação de massas. Coincidindo justamente, na etapa maior, com a transmissão do campeonato mundial de futebol, realizado no exterior — do qual faço o fato principal — e também de outros acontecimentos internacionais, permitiram àquela parcela do povo brasileiro, que dispõe de aparelho de televisão, participar, não só dos acontecimentos nacionais, mas daqueles que, sendo no exterior, despertam um maior interesse de informação.

Já ocupei esta mesma tribuna, para fazer a história da EMBRATEL, e disse uma frase que, no meu modo de entender, sintetizava todo o meu pensamento: "O Governo a criou e o povo a ama".

Hoje já se tornou uma necessidade, e é com simpatia que o telespectador, diante do vídeo, vê a frase "via EMBRATEL"; e ninguém dispensa, mas exige — e, aliás, acho que tem o direito de exigir — a transmissão de uma corrida de automóveis. O povo brasileiro já não abdica do direito de ver pela tela uma disputa automobilística, em que aparece o nosso querido Emerson Fittipaldi, e também os festivais culturais de música internacional.

A EMBRATEL, Sr. Presidente, primeiramente foi presidida por um coestadano meu, e que ainda conheci nos bancos escolares, o General Galvão e, atualmente, por uma dessas coincidências que honra profundamente o Estado do Rio, é comandada por outro fluminense de Vassouras, o Ministro Iberê Gilson; e este, então, dando uma demonstração cabal da sua operosidade, da sua inteligência e do seu amor ao estudo, porque, não sendo um engajado, anteriormente, nas técnicas eletrônicas, pôde aperfeiçoar-se, hoje é verdadeiramente um *expert* em assuntos de comunicação e de transmissão.

Justamente sob a sua feliz e fecunda administração, a EMBRATEL pôde fazer com que o Brasil hoje se comunicasse de norte a sul, e onde não faz através dos sistemas de satélite ou de microondas, pôde, nesta gestão, estabelecer o sistema da tropodifusão. Assim, hoje, não há um ponto do Brasil, sequer, em que um patricio, de um lado a outro, em caso de necessidade, não se comunique com membros da sua família, ou então, não transmita, no interesse dela, no da segurança, quer também no de outros setores, em que a comunicação familiar é tra-

ção importante e que a EMBRATEL considerou acertadamente.

O Sr. Benjamin Farah — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Benjamin Farah — Quero solidarizar-me com V. Ex^a nas suas congratulações por mais um aniversário desta grande empresa que é a EMBRATEL. Acostumamo-nos a admirá-la porque não é pequeno o serviço que ela vem realizando neste País, sobretudo no que tange à aproximação dos brasileiros. Vivemos num País continental que precisa, — para que não haja separação, para que não haja abandono de certas regiões, — de dois grandes instrumentos: o avião e a comunicação, através de uma empresa dessa natureza. Ela, em verdade, tem produzido nesta Nação um efeito pedagógico. Que beleza, para nós essas transmissões! De quando em quando, somos sacudidos por impactos que vêm do estrangeiro: acontecimentos dolorosos, tristes, melancólicos, e também alguns fatos que se desenrolam neste País, onde fica patente a má-vontade, o caráter desumano de certas criaturas. Diante de tantos fatos negativos, também temos de tomar conhecimento daquilo que é bom, que o Brasil faz de bom e que o mundo faz pelo bem de todos. Vimos, portanto, atônitos, cheios de esperança, através da EMBRATEL, a conquista da lua. Vimos os nossos jovens patriotas, nas canchas mexicanas, demonstrando a pujança, o destemor, a bravura, a capacidade técnica da juventude brasileira, arrebatar um dos mais cobiçados troféus de todos os tempos. A EMBRATEL nos proporcionou, portanto, informações dessa natureza. Então, temos, através dessa organização, um instrumento que desperta no coração dos moços, no coração da nossa gente, um sentimento de brasilidade. Essa empresa é precisamente a continuação do trabalho de grandes brasileiros, avultando aquela figura extraordinária de soldado missionário do bem, missionário da confraternização brasileira, que foi o Marechal Rondon, o grande desbravador, o grande bandeirante do Século XX. O Sr. Ministro das Comunicações, na abundância dos seus sentimentos de patriota, fez colocar no saguão do Ministério das Comunicações o busto em homenagem a esse grande Marechal que tantos serviços prestou ao Brasil. Congratulome com V. Ex^a e estou solidário, também, com V. Ex^a quando faz elogios a esse homem extraordinário que é o Ministro Iberê Gilson. Velho lidador aqui no Congresso dos assuntos do funcionalismo, já de longa data tenho trabalhado em defesa dos funcionários, e sempre encontrei apoio por parte do Ministro Iberê Gilson, tantas vezes gentil, nobre, fidalgo, culto, inteligente, com a melhor boa-vontade em favor dos seus servidores, orientando-nos e ajudando-nos no que fosse possível. É realmente o homem talhado para esse mister que vem desempenhando com a melhor eficiência e todo o seu amor de brasileiro. Por tudo isto, V. Ex^a merece os parabéns pelo oportuno discurso que profere e os aplausos de um

companheiro seu, embora da Oposição, que lhe traz nesta hora, o abraço do povo da Guanabara, onde o nobre colega também é muito estimado.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Cativa-me profundamente a intervenção do Senador Benjamin Farah, que se associa a estas palavras de exaltação sincera a uma empresa vitoriosa e que ao lado da PETROBRÁS, da ELETROBRÁS, da Companhia Nacional de Álcalis e da Usina de Volta Redonda constitui um elenco de patriotismo não vazio, que aprova realmente a capacidade do povo brasileiro. E posso, ao responder a V. Ex^a, declarar, e isto é motivo de orgulho, o que o Ministro Iberê Gilson particularmente, me tem dito em várias das conversas com S. Ex^a: é o *know-how* brasileiro. Engenheiros, técnicos em telecomunicações, que foram ao estrangeiro, porque não se podia improvisar ao primeiro momento, adaptaram uma política de comunicações realmente brasileira. É o caso, por exemplo, da tropodifusão e da especialização que todos fizeram e, hoje, constitui um exemplo para a chamada comunidade eletrônica de comunicações.

Neste instante, a EMBRATEL, ao ensejo de mais um aniversário da sua fundação, se prepara para instalar a segunda torre rastreadora de satélites, ao lado da primeira. E, tecnicamente, não poderia deixar de ser, em Itaboraí, no meu Estado. Não há nenhuma eiva de baírrismo. Seria até ridículo que um Senador ficasse exaltando uma empresa pelo fato de a mesma se situar, basicamente, no seu Estado; um Senador que se preza é aquele que, embora trate dos problemas de seu Estado, olha em conjunto o Brasil.

É por esta e outras razões que sou favorável à fusão do Estado do Rio de Janeiro com a Guanabara, porque não olho os problemas sob um ângulo restrito. Olho, realmente, o País. E, neste instante, em que já se prepara para que o Brasil amplie, ainda mais, esse setor de telecomunicações, esta data adquire significado maior; e tenho empenho profundo e sincero de exaltar não só a unidade empresarial, mas aqueles que têm sabido comandá-la, que é o Ministro Iberê Gilson e seus companheiros de diretoria e, bem assim, os engenheiros civis e aqueles que, tendo deixado a atividade militar, se especializaram no setor — porque, queiram ou não, o problema de comunicações, historicamente, pertence às nossas Forças Armadas. Elas é que, originariamente, cuidavam desse assunto.

Hoje, na área civil, na área da segurança, na área do interesse do País, a EMBRATEL cuida de todos esses aspectos, fazendo com que o povo brasileiro dela se orgulhe. Inclusive, traz talvez o mais modesto, o mais humilde de todos os Senadores, que senta, aqui, neste final de bancada, para exaltá-la, dando-lhe os parabéns em nome do povo — porque, neste País, com o aumento do padrão de vida, já uma grande parte da população tem televisão e, principalmente, o rádio. A EMBRATEL constitui a matriz de fazer com que, realmente, todos esses temas de brasilidade funcionem por seu intermédio.

O Sr. Benjamin Farah — V. Ex^a faz referências à EMBRATEL e ao Ministro Iberê Gilson. Quanto a isso estou de acordo com V. Ex^a. Encampo tudo o que V. Ex^a disse da EMBRATEL e do Ministro Iberê Gilson e suas palavras eu as faço minhas. V. Ex^a está certíssimo e conta com a minha solidariedade. No que diz respeito, porém, à fusão dos dois Estados, quando V. Ex^a aproveitou a oportunidade para falar na união da Guanabara com o Estado do Rio, não estou solidário com V. Ex^a.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Quero é trazer a Guanabara de volta para o Estado do Rio.

O Sr. Benjamin Farah - Acredito que nem o povo do Estado do Rio, nem o da Guanabara, estão solidários com V. Ex^a. Isso é um problema que não pode ser resolvido assim, de qualquer maneira. Depende de um grande plebiscito, de grandes estudos, e creio que há de encontrar uma resistência enorme nos dois Estados. Quanto ao mais, V. Ex^a tem o meu apoio.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Não é o assunto que me traz à tribuna, mas não é assim tão difícil, porque esta fusão já existe. A Ponte Rio-Niterói virá apressá-la e a EMBRATEL já a consolidou. Não existe fronteira entre um Estado e outro, a não ser teórica, administrativa, ridícula, tola, inexplicável e injustificável.

Quem olha o Brasil em termos de progresso de Nação, e não o vê só pelo lado político, o que social, econômica, histórica e, principalmente, geograficamente já existe, não pode deixar de assim entender, Sr. Presidente. Só não há uma lei, um ato, que legalize essa fusão, evidentemente, resguardando peculiaridades, que surgissem através do início das áreas metropolitanas e, depois, se consolidassem.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse fato só está sendo consignado em decorrência da intervenção do nobre Senador Benjamin Farah, mas não é o assunto que me traz à tribuna, porque, inclusive, a EMBRATEL já consolidou essa fusão.

O Sr. Benjamin Farah — A Guanabara é um Estado que está aberto a todos os brasileiros. Não quer, naturalmente, ser carregado por ninguém, mas tem o seu coração e as suas fronteiras abertas a todos os brasileiros.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Isso era bom no tempo do Visconde de Cairu, quando se abriram os portos do Brasil a todo o comércio internacional; mas, em termos nacionais, não é esse, meu querido amigo, o assunto que me traz à tribuna. Houve apenas uma referência *en passant*.

O objetivo que entendo ter alcançado é o de registrar, nos Anais do Senado Federal, esta data gratíssima a todo o povo brasileiro: a EMBRATEL, de fato, é um orgulho deste País e endereço as minhas mais efusivas congratulações aos Ministros Iberê Gilson e Hygino Corsetti, e, chegando ao Governo da República, ao Presidente Castello Branco, que, pelas medidas iniciais, fez com que a EMBRATEL nascesse; ao Presidente Costa e Silva que a consolidou e ao Presidente Médici, que lhe tem dado apoio a toda hora e a todo momento, com

essa visão de estadista que tem, sabendo que um país só é importante quando tem boas comunicações. Este, é o registro que entendo ter feito, não apenas no meu nome individual mas de todo o Senado.

Sr. Presidente, agora quase que cumprida uma rotina parlamentar, tendo encerrado o assunto principal da minha presença na tribuna, só desejava pedir permissão a V. Ex^a, para declarar que, hoje, enviei um projeto que modifica um artigo do Decreto-lei 2.267, determinando que a sociedade anônima ou companhia terá um conselho fiscal composto de três ou mais membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País, eleitos anualmente por assembleia geral ordinária, os quais poderão ser reeleitos e determinando que neste Conselho Fiscal participará, obrigatoriamente, pelo menos um técnico em Contabilidade ou contador legalmente habilitado.

Faço isto porque esses conselhos fiscais de muitas empresas brasileiras constituem uma farsa; levam as atas e os papéis para o cidadão assinar; não há uma fiscalização, não há uma solidariedade, não há um exame. E se o País está adquirindo uma seriedade administrativa, não é admissível que se tenha um conselho fiscal — Sr. Presidente não gosto muito de citar frases estrangeiras, mas esta aqui, embora de origem francesa, já está quase no vernáculo — *pour épater le bourgeois*, ou seja, para enganar os outros; então se assina. O Conselho Fiscal é designado pelos detentores majoritários de ações, que escolhem esse ou aquele e o cidadão tem uma remuneração "X" ou "Y" e, às vezes, não há aquilo que se pretende, que é o exercício pleno da administração empresarial.

Tanto quanto me seria lícito afirmar, diria que este projeto é revolucionário. Mas será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, e não sei como é que ainda não se providenciou um carimbo, que seria muito melhor, para os pareceres.

E aqui não é nada contra o Presidente dessa Comissão que, Sr. Presidente, venero, quero bem e admiro; é um homem extraordinário, Senador Daniel Krieger, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que não vota, só desempata, mas, às vezes, tenho certeza, se contrista com uma série de proposições que lá chegam e que, antes de chegar, já são inconstitucionais. Por isso digo que seria o caso de se fazer um carimbo: "inconstitucional".

Cumpro meu dever — apresento. Seria, talvez, economia de tempo de assessores, de fitas de máquinas, de trabalho, o uso do carimbo, pois geralmente o que se apresenta aqui no Senado é inconstitucional; não pela vontade do Senador Daniel Krieger, ou de alguns relatores que, às vezes, têm boa vontade afetiva com este ou aquele Senador. Cumprindo meu dever, apresento este projeto — que entendo não ser inconstitucional, de maneira nenhuma — é para o bem do País.

O que mais tenho recolhido, na minha longa experiência parlamentar, é o seguinte: projetos na área trabalhista que apresento, e em outros setores, são inconstitucionais aqui; e os mesmos relatores que têm esse espírito, assim, de amor à lei, de amor à

Constituição, se esquecem e relatam proposições, às vezes, até iguais.

Estou colecionando isso porque já a minha vida parlamentar passou a ser, assim, gostosa; triste, aborrecida, magoada, mas gostosa, no sentido de estabelecer as contradições. O projeto é inconstitucional quando eu ou outro Senador apresenta e, no dia seguinte, muda-se de ideia por uma visão extraordinária.

Sr. Presidente, não tudo ajuda a compor esse quadro em que o Senador luta, insiste — e aqui vai outra frase em francês, talvez mal colocada, mas caracterizando bem o que quero dizer, *trop de zèle*, o excesso de zelo — e vê fulminada a proposição, em primeira instância, aqui, mas, quando ela vem de fora, nem sequer se estabelece uma coerência.

Este é um assunto que, se Deus permitir, dará um excelente livro de memórias, para mim ou para outro Senador que colete essas notáveis contradições da vida parlamentar neste, aqui, para sempre, meu queridíssimo Congresso Nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Benjamin Farah.

O SR. BENJAMIN FARAH (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Congratulo-me com a Comissão Diretora desta Casa pelas recentes medidas adotadas, visando ao treinamento e aperfeiçoamento de todo o pessoal administrativo do Senado Federal, bem assim ao enquadramento do funcionalismo nos novos Grupos Ocupacionais.

Inicialmente, foi determinada a realização de cursos de Português e Datilografia para os servidores contratados pelo regime jurídico da CLT.

E, agora, é de se ressaltar a instituição de cursos de treinamento funcional e provas, para a classificação dos servidores nas carreiras de Técnico Legislativo, Assistente Legislativo e Agente Administrativo.

Para as duas primeiras, estão sendo ministradas aulas de ADMINISTRAÇÃO, ORGANIZAÇÃO POLÍTICA e PROCESSO LEGISLATIVO, a cargo dos d^{rs}. PEDRO CAVALCANTI, Diretor da Assessoria, PAULO FIGUEIREDO, Consultor Jurídico, e AIMAN NOGUEIRA DA GAMA, Diretor da Subsecretaria Técnica e Jurídica da Assessoria, e para a última, aulas de NOÇÕES DE ORGANIZAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO e de ADMINISTRAÇÃO.

Esses três servidores exemplares, além de transmitir aos funcionários inscritos nos cursos parte de sua vasta experiência técnico-especializada, estão inbuindo nos mesmos uma auto-confiança que tem gerado satisfação geral, com benéficos resultados para os serviços do Senado, o que é de se louvar.

Espero que essa feliz iniciativa, de admiráveis frutos, venha a ser mantida e ampliada, com a instituição de novos cursos, tais como, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Educação Moral e Cívica, História do Brasil, Chefia e Liderança, Relações

Públicas e Humanas, Inglês, Francês, Taquigrafia, Noções de Regimento Interno e do Regulamento Administrativo, além de outros que possam, cada vez mais, aprimorar o nosso funcionalismo, já reconhecido, hoje em dia, como de alto nível.

Além dessas providências, tomo a liberdade de sugerir a realização periódica de Seminários e Congressos, versando temas de interesse para a Administração da Casa, com a participação, na qualidade de Conferencistas, não só dos técnicos que possuímos, como de muitos dos Srs. Senadores.

Aliás, Sr. Presidente, não é demais lembrar que o item V do art. 314 da Resolução nº 58/72, prevê que o merecimento do servidor do Senado, para efeito de promoção, será apurado pelos atributos de capacidade mediante habilitação em cursos.

E nunca é demais repetir, Sr. Presidente, que o progresso de um País se baseia, primordialmente, na educação e na cultura de seu povo, razão pela qual penso que nenhum de nós pode deixar de aplaudir, entusiasticamente, tais providências adotadas pela atual Comissão Diretora do Senado Federal. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Osires Teixeira.

O SR. OSIRES TEIXEIRA (Pronuncia o seguinte discurso. — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Uma palavra apenas, para um pequeno registro: ouvindo há pouco o eminente Senador Augusto Franco; falava S. Ex^a de Rubens Vaz da Costa, inquestionavelmente uma das maiores figuras desta República, pelas suas qualidades de homem público e de técnico. Quando ele saiu do Banco do Nordeste, deixou também de ser um homem do Nordeste, para ser um homem do Brasil, dirigindo o Banco Nacional da Habitação.

O Sr. José Lindoso — V. Ex^a tem toda razão.

O SR. OSIRES TEIXEIRA — S. Ex^a deu seqüência à magnífica administração de Mário Trindade, colocando, como está fazendo agora, o Banco Nacional da Habitação na qualidade de Banco de segunda linha, estabelecendo, por assim dizer, a maturidade do sistema brasileiro de habitação. E o Senador Augusto Franco, ao mencionar o livro de Rubens Vaz da Costa, "O Primeiro Passo", mencionou um dos veículos de comunicação da era contemporânea.

O mesmo fez o eminente Senador Vasconcelos Torres, quando se congratulou com o aniversário da EMBRATEL, dirigida também por um homem público da escol, o Ministro Iberê Gilson, a quem tive a honra de conhecer intimamente, quando em meu Estado exerceu as funções de Secretário da Fazenda.

Na verdade, Sr. Presidente e Srs. Senadores, sempre que se fala, nesta Casa, ou em comunicações ou de alguém que lida com comunicações — sem dúvida, vivemos no mundo das comunicações, Mac-Luhan chegou a dizer que "vivemos numa aldeia global", e há como, por assim dizer, um "estado de massificação dos homens da era de hoje, vítimas que são do poder da comu-

nicação" — sempre que se fala nesse assunto, nós nos lembramos de que, dentre os veículos de comunicação, um existe, talvez dos mais antigos, que é o veículo de comunicação por excelência: o jornal.

E sempre que aparece um novo jornal, seja ele um poderoso diário de grande metrópole, seja ele um pequenino mensário de pequena cidade, eu me alegro pessoalmente; alegro-me porque vejo sempre no jornal um veículo de comunicação de categoria, sempre vejo no jornal um veículo de informação, de educação, um veículo capaz de ajudar o progresso do País.

Pedi a palavra, Sr. Presidente e Srs. Senadores, para registrar o aparecimento de mais um jornal. Trata-se do **Jornal da Agricultura** que, como bem diz o seu presidente, o Sr. Waldemar Gurgel do Amaral, não se trata de simples boletim de entidade, mas de um órgão de comunicação com todas as características de jornal, com seções permanentes de interesse público e geral, e, em particular, do funcionalismo do Ministério da Agricultura.

O Sr. Benjamin Farah — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Com muita honra, nobre Senador.

O Sr. Benjamin Farah — V. Ex^a citou o nome de um funcionário, o Sr. Waldemar Gurgel do Amaral, velho companheiro meu de grandes batalhas em favor do funcionalismo. Ele merece os aplausos que V. Ex^a está evidenciando nesta hora. Quero solidarizar-me com V. Ex^a. Em muitas leis, muitas proposições que apresentei aqui no Congresso, tive o apoio integral desse dinâmico e valoroso servidor público. De modo que esse jornal cujo aparecimento V. Ex^a está trazendo ao conhecimento da Casa, será um instrumento de grande interesse, não só daquele funcionalismo como do próprio Ministério, e de interesse da comunidade brasileira, porque o seu dirigente tem espírito amplo, espírito arejado e se preocupa com os problemas do funcionalismo e com os problemas brasileiros.

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Ao agradecer o aparte de V. Ex^a, Sr. Senador, deixo impressos, Sr. Presidente, minha congratulação à Associação dos Servidores da Agricultura, e meu regozijo pelo aparecimento de novo órgão de informação e de cultura, que deverá, por certo, ser o **Jornal da Agricultura**. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Não há mais oradores inscritos. Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão.

Designo opara a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 441, de 1973) do Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1973 (nº 1.356-B/73, na Casa de origem), de iniciativa do

Sr. Presidente da República, que autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) a doar o imóvel que menciona, situado no Município de Morada Nova, no Estado do Ceará.

2

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 429, de 1973) do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1973 (nº 102-A/73, na Câmara dos Deputados), que va a aposentadoria de Pedro Augusto Cysneiros, Assessor para Assuntos Legislativos do pQuadro de Pessoal do Departamento Administrativo do Pessoal Civil.

3

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 426, de 1973) do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1973 (nº 115-B/73, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Básico de Co-Operação Técnica, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, a 13 de dezembro de 1972.

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 30 minutos.)

ATO Nº 45, DE 1973 DO PRESIDENTE

O Presidente do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 52, item 38 e 97 inciso IV, do Regimento Interno.

RESOLVE nomear, na forma do artigo 1º, inciso II, da Resolução nº 67, de 1972, **MARCOS DE FARIA** para exercer, em Comissão, o cargo de Diretor da Secretaria de Divulgação e de Relações Públicas SF-DAS-101.2, do Quadro Permanente do Senado Federal, criado pela Lei nº 5.900, de 9 de julho de 1973.

Senado Federal, em 14 de setembro de 1973. — Senador **Paulo Tórreres**, Presidente.

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR EDITAL

O Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, no uso de suas atribuições estatutárias, **CONVOCA** a Comissão Deliberativa a reunir-se, no local de sua sede, no 3º andar do anexo I do Senado Federal, no dia 27 (vinte e sete) do corrente mês, para tratar de assuntos de sua competência.

Brasília, 14 de setembro de 1973. — Senador **Tarso Dutra**, Presidente — Senador **Heitor Dias**, Secretário.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º do Ato nº 6/73, e para efeito do que prescreve o art. 3º do mesmo diploma legal, na reunião realizada em 13 de setembro de 1973, ao tomar

conhecimento da existência de vagas nas Categorias de Taquígrafo de Debates, PL-3, de Técnico de Instrução da Representação, PL-6, de Auxiliar de Plenários, PL-8, de Motorista, PL-9, e de Auxiliar de Limpeza, PL-12, decorrentes da aposentadoria de **MARIA LÚCIA LOPES BARBOSA**, do falecimento de **HELENA SALVO LAGOEIRO**, da aposentadoria de **LIVIO JOSÉ DA SILVA**, da aposentadoria de **CELSONES RIBEIRO**, e do acesso de **JOÃO BRASÍLICIO ROSA**, **MOYSÉS JOSÉ DA SILVA NETTO**, **ADONIAS TAVARES DE SOUZA**, e aposentadoria de **ELIEZER SALES RIBEIRO**, respectivamente, organizou as seguintes listas:

1a. Lista: Aposentadoria de **MARIA LÚCIA LOPES BARBOSA**, Taquígrafa de Debates, PL-3.

De Taquígrafo de Debates, PL-4 a PL-3 — Critério: Merecimento.

Concorrem:

1. Darcy Pedrozo Machado Gaya
2. Sérgio Barreira Gomes Ribeiro
3. Maria Helena Taveira Dias

2ª Lista: Falecimento de **HELENA SALVO LAGOEIRO**, Técnico de Instrução da Representação, PL-5.

De Técnico de Instrução da Representação, PL-6 a PL-5 — Critério: Antigüidade.

Cabe a Bibiana de Paula Marsillac

De Auxiliar Legislativo, PL-7 a Técnico de Instrução da Representação, PL-6 — Acesso — Critério: Merecimento Absoluto.

Cabe a Ernestina de Souza Mendes, única ocupante da Categoria.

3a. Lista: Aposentadoria de **SYLVIO JOSÉ DA SILVA**, Auxiliar de Plenários, PL-8.

De Auxiliar de Plenários, PL-9 a PL-8 — Critério: Antigüidade.

Cabe a João Batista da Costa

De Auxiliar de Plenários, PL-10 a PL-9 — Critério: Merecimento.

Concorrem:

1. Aroldo Lacerda Guimarães
2. Luiz Valdevino de Lima
3. Sebastião Ferreira da Silva

De Auxiliar de Plenários, PL-12 a PL-10 Critério: Merecimento.

Concorrem:

1. Olimpio Deud
2. José Caetano Sobrinho
3. Raimundo José Francisco

4ª Lista: Aposentadoria de **CELSONES RIBEIRO**, Motorista, PL-9.

De Motorista, PL-10 a PL-9 — Critério: Antigüidade

Cabe a Antônio José da Rocha

5a. Lista: Vaga existente de Auxiliar de Plenários, PL-12.

De Auxiliar de Limpeza, PL-12 a Auxiliar de Plenários, PL-12 — Critério — Acesso — Merecimento Absoluto.

Cabe a João Brasília Rosa, único ocupante da Categoria.

6ª Lista: Decorrente do Concurso de Entrância para Auxiliar de Plenários, **PL-10**; vaga de **Moisés José da Silva Netto**.

De Auxiliar de Limpeza, PL-13 a PL-12 —**Critério:** Antigüidade.

Cabe a Clidenor Pereira da Costa

De Auxiliar de Limpeza, PL-14 a PL-13 —**Critério:** Merecimento.

Concorrem:

1. Martinho José dos Santos
2. Henard de Moura Saldanha
3. Braz Queiroz

De Auxiliar de Limpeza, PL-15 a PL-14 —**Critério:** Antigüidade

Cabe a Carlos Augusto Alimandro

7a. Lista: Decorrente de Concurso de Entrada para Auxiliar de Plenários, PL-10; vaga de ADONIAS TAVARES DE SOUZA.

De Auxiliar de Limpeza, PL-13 a PL-12 —**Critério —** Merecimento.

Concorrem:

1. Joê Luiz Nogueira
2. Alaete da Cruz
3. Augusto Rodrigues de Lima

De Auxiliar de Limpeza, PL-14 a PL-13 —**Critério:** Antigüidade

Cabe a José Viana da Silva

De Auxiliar de Limpeza, PL-15 a PL-14 —**Critério:** Merecimento

Concorrem:

1. Antonio Senador Costa
2. Joaquim Antonio Martins
3. Joaquim Raimundo Correia de Souza

8a. lista: Decorrente de acesso para Auxiliar de Plenários, PL-12, de JOÃO BRASILICIO ROSA.

De Auxiliar de Limpeza, PL-13 a PL-12 —**Critério:** Merecimento

Concorrem:

Os que sobraem da lista decorrente da vaga de ADONIAS TAVARES DE SOUZA e mais TOMAZ MARTINS VIEIRA

De Auxiliar de Limpeza, PL-14 a PL-13 —**Critério:** Merecimento

Concorrem:

Os que sobraem da lista decorrente da vaga de MOYSÉS DA SILVA NETTO e mais RUY ELPIDIO DE MEDEIROS

De Auxiliar de Limpeza, PL-15 a PL-14 —**Critério:** Antigüidade

Cabe a João Soares de Moraes

9a. lista: Aposentadoria de ELIEZER SALES RIBEIRO, Auxiliar de Limpeza, PL-14

De Auxiliar de Limpeza, PL-15 a PL-14 —**Critério:** Merecimento.

Concorrem:

Os que sobraem da lista decorrente da vaga de ADONIAS TAVARES DE SOUZA e mais JESUS ROCHA.

Conselho de Administração, em 13 de outubro de 1973. — Evandro Mendes Vianna, Presidente.

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 7ª REUNIÃO (ORDINÁRIA),

REALIZADA EM 5 DE SETEMBRO DE 1973.

Aos cinco dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta e três, presentes os Srs. Senadores Cattete Pineiro — Presidente, Dinarte Mariz, Waldemar Alcântara, Antônio Fernandes, Ruy Carneiro, Osires Teixeira, José Lindoso e Wilson Campos, reúne-se a Comissão do Distrito Federal.

Ao constatar a existência de número regimental, o Sr. Presidente abre os trabalhos e o Assistente lê a Ata da reunião anterior, que é aprovada sem discussão.

Inicialmente, a palavra é concedida ao Sr. Senador Ruy Carneiro, que, na oportunidade, declara ter assistido a uma conferência do Exmº Sr. Secretário de Administração do Governo do Distrito Federal sobre o Plano de Reestruturação de Cargos, designado que foi para representar a Comissão.

Logo após, o Sr. Senador Cattete Pineiro informa ter recebido a Mensagem nº 96, de 1973, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, Projeto de Lei que "Estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal, para o Exercício Financeiro de 1974", tendo designado Relatores os seguintes Srs. Senadores:

1. SENADOR HEITOR DIAS — Secretaria de Finanças, Receita e Texto da Lei;
2. SENADOR JOSÉ AUGUSTO — Secretaria de Agricultura e Produção e Secretaria de Viação e Obras;
3. SENADOR FERNANDO CORRÊA — Secretaria de Saúde e Secretaria de Serviços Públicos;
4. SENADOR WALDEMAR ALCÂNTARA — Secretaria de Serviços Sociais;
5. SENADOR RUY CARNEIRO — Secretaria de Governo;
6. SENADOR SALDANHA DERZI — Secretaria de Administração e Procuradoria-Geral;
7. SENADOR OSIRES TEIXEIRA — Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar do Distrito Federal e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal;
8. SENADOR ANTÔNIO FERNANDES — Tribunal de Contas do Distrito Federal e Gabinete do Governador;

O Sr. Presidente comunica ainda ter avocado a parte relativa à Secretaria de Educação e Cultura e Departamento de Turismo.

Ao Projeto de Lei do Senado nº 20, de 1972, que "Obriga as empresas do Distrito Federal, que comerciam no ramo de carros novos e usados, a ter estacionamentos privativos e determina outras providências", o Sr. Senador Waldemar Alcântara apresenta um

voto em separado, pela aprovação do Projeto nos termos de um Substitutivo.

Em discussão, fazem uso da palavra os Srs. Senadores Osires Teixeira, Ruy Carneiro, Waldemar Alcântara e Antônio Fernandes.

A votação do Projeto é adiada para a próxima reunião, em vista de falta de quorum.

Ao final, o Sr. Presidente ressalta que a discussão do problema fortalece o desejo que vinha mantendo em silêncio e o trabalho que cautelosamente dava início no sentido de que a Comissão promova, em época oportuna, um Seminário sobre problemas de Brasília, que permita ouvir técnicos e que possa conduzir a uma reavaliação do Plano Piloto.

A sugestão formulada pelo Sr. Presidente é unanimemente aprovada.

Nada mais havendo à tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Marcus Vinícius Goulart Gonzaga, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

ATA DA 18ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 1973

Às onze horas do dia treze de setembro de mil novecentos e setenta e três, presentes os Srs. Senadores Heitor Dias — Vice-Presidente no exercício da Presidência, Wilson Campos, Guido Mondin, Renato Franco e Ney Braga, reúne-se a Comissão de Legislação Social.

Ao constatar a existência de número regimental, o Sr. Presidente abre os trabalhos e o Assistente lê a Ata da reunião anterior, que é aprovada sem discussão.

Ao Projeto de Lei do Senado nº 61, de 1973, que "modifica o art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho, especificando a competência para julgamento das ações rescisórias e dá outras providências, o Sr. Senador Wilson Campos apresenta parecer pelo sobrestamento da proposição, até que a subcomissão recentemente criada, incumbida dos trabalhos de reformulação da CLT apresente as suas conclusões.

O parecer, após ter sido submetido à discussão e votação, é aprovado.

Ao Projeto de Lei do Senado nº 85, de 1973, que "revoga o art. 11 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que altera a legislação de previdência social", o Sr. Senador Heitor Dias apresenta parecer pela rejeição.

O parecer, após ter sido submetido à discussão e votação, é aprovado.

Nada mais havendo à tratar, encerra-se a reunião. Para constar, eu, Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
ATA DA 16ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA)
REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 1973**

Aos onze dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta e três, presentes os Srs. Senadores Wilson Gonçalves — Vice-Presidente no exercício da Presidência, Saldanha Derzi, José Lindoso, Emival Caiado, Franco Montoro, Nelson Carneiro, Lourival Baptista, Danton Jobim, Accioly Filho, Carlos Lindemberg e Fernando Corrêa, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores na Sala de Reuniões das Comissões.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Srs. Senadores Carvalho Pinto, Dinarte Mariz, Arnon de Mello, Jessé Freire e João Calmon.

Inicialmente, o Sr. Senador Nelson Carneiro sugere que a Comissão recepcione o Exmº Sr. Embaixador do Brasil junto ao Governo do Quênia em sua próxima reunião, o Diplomata Franklin Mesquita. A proposta é unanimemente aprovada.

Logo após, o Sr. Presidente em exercício, Senador Wilson Gonçalves torna secreta a reunião, a fim de ser apreciada a Mensagem nº 202, de 1973, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, a escolha do Sr. VICTOR JOSÉ SILVEIRA, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer, em comissão, a função de Embaixador do Brasil junto à República Árabe da SIRIA. (RELATOR: SENADOR DANTON JOBIM)

Reaberta a reunião, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Saldanha Derzi, que lê seu parecer pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 1973, que "aprova o texto da Resolução nº 264, adotada, em 14 de abril de 1973, por ocasião da vigésima segunda sessão, do Conselho da Organização Internacional do Café.

O parecer, após ter sido submetido à discussão e votação, é aprovado.

Ao Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1973 que "aprova o texto da Convenção Internacional para Regulamentação da Pesca da Baleia, concluída em Washington, a 2 de dezembro de 1946", o Sr. Senador Fernando Corrêa apresenta parecer pela realização de diligência junto ao Poder Executivo.

O parecer, após ter sido submetido à discussão e votação, é aprovado.

Ao Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1973, que "aprova o texto do Acordo Comercial firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Árabe do Egito, no Cairo, a 31 de janeiro de 1973", o Sr. Senador José Sarney apresenta parecer pela aprovação.

O parecer, após ter sido submetido à discussão e votação, é aprovado.

Nada mais havendo à tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, Assistente da Comissão, a presente Ata, que uma vez lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 46, de 1973 (CN), que submete a deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 1.283, de 20 de agosto de 1973, que "dispõe sobre o Imposto de Renda, estabelecendo incentivos para pagamento de dividendos aos acionistas de sociedade anônimas de capital aberto, bem como para a subscrição de ações daquelas empresas e de quotas de fundos de investimento e dá outras providências. Concede incentivos à criação de um mercado de debêntures."

**ATA DA 2ª REUNIÃO
REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 1973.**

Aos doze dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e três, às dezessete horas e trinta minutos, no Auditório do Senado Federal, sob a Presidência do Sr. Deputado Januário

Feitoza, Presidente, presentes os Srs. Senadores Saldanha Derzi, Lourival Baptista, Wilson Gonçalves, Tarso Dutra, Flávio Britto, Magalhães Pinto, Vasconcelos Torres e Helvídio Nunes e os Srs. Deputados Luiz Losso, Marcílio Lima, Ozanan Coelho, Milton Brandão e Francisco Studart, reúne-se a Comissão Mista para estudo e parecer sobre a Mensagem nº 46, de 1973 (CN), que "Dispõe sobre o Imposto de Renda, estabelecendo incentivos para pagamento de dividendos aos acionistas de Sociedades Anônimas de Capital Aberto, bem como a subscrição de ações daquelas empresas e de quotas de Fundos de Investimento e dá outras providências. Concede incentivos à criação de um mercado de debêntures".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Carvalho Pinto, Jessé Freire e Franco Montoro e os Srs. Deputados Arlindo Kunzler, Fernando Magalhães, Ítalo Fittipaldi, Laerte Vieira e Harry Sauer.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior.

Inicialmente, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Helvídio Nunes, Relator, que emite parecer concluindo favoravelmente à Mensagem, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que oferece.

Em seguida, colocado em discussão e votação o parecer, é o mesmo aprovado por unanimidade, tendo o Sr. Deputado Francisco Studart apresentado declaração de voto sobre a proposição.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Hugo Antonio Crepaldi, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Presidente: Deputado Januário Feitosa
Vice-Presidente: Senador Franco Montoro
Relator: Senador Helvídio Nunes

Senadores Deputados

- | | |
|-----------------------|-----------------------|
| ARENA | |
| 1. Saldanha Derzi | 1. Arlindo Kunzler |
| 2. Lourival Baptista | 2. Luiz Losso |
| 3. Carvalho Pinto | 3. Marcílio Lima |
| 4. Wilson Gonçalves | 4. Fernando Magalhães |
| 5. Tarso Dutra | 5. Ozanan Coelho |
| 6. Flávio Britto | 6. Ítalo Fittipaldi |
| 7. Magalhães Pinto | 7. Januário Feitosa |
| 8. Vasconcelos Torres | 8. Milton Brandão |
| 9. Helvídio Nunes | |
| 10. Jessé Freire | |

MDB

- | | |
|-------------------|----------------------|
| 1. Franco Montoro | 1. Laerte Vieira |
| | 2. Harry Sauer |
| | 3. Francisco Studart |

CALENDÁRIO

Dia 29-08-73 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta;

Até Dia 17-09-73 — Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110 do Regimento Comum.

PRAZO

Até dia 17-09-73 na Comissão Mista;

Até dia 19-10-73 no Congresso Nacional.

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Serviço de Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito — Andar Térreo — Anexo II — Senado Federal.

Assistente: Hugo Antonio Crepaldi

Telefone: 24-81-05 — Ramais 672 e 303.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de Estudo e Parecer sobre a Mensagem nº 50, de 1973 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 1.285, de 6 de setembro de 1973, que altera o texto do Decreto-Lei nº 717, de 30 de julho de 1969 e dá outras providências.

**ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 1973.**

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e três, às dez horas, no Auditório do Senado Federal,

presentes os Senhores Senadores Guido Mondim, Itálvio Coelho, Gustavo Capanema, Waldemar Alcântara, Alexandre Costa, João Cleofas e Ruy Carneiro e os Senhores Deputados Adhemar de Barros Filho, Norberto Schmidt, João Castelo, Hildebrando Guimarães, Jairo Magalhães e José Haddad, reuniu-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 50, de 1973 (C.N.) que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 1.285, de 6 de setembro de 1973, que altera o texto do Decreto-Lei nº 717, de 30 de julho de 1969 e dá outras providências.

Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Senhores Senadores Clodomir Millet, Emival Caiado, João Calmon e José Guimard e os Senhores Deputados Tourinho Dantas, Josias Leite, José Camargo, Dias Menezes e Fernando Lyra.

Assume a Presidência o Senhor Senador Gustavo Capanema, de conformidade com o preceituado no Regimento Comum, declara instalada a Comissão e comunica que irá preoecer a eleição para escolha do Presidente e do Vice-Presidente.

Logo após, distribuídas as cédulas, convida o Senhor Deputado João Castelo para funcionar como escrutinador.

Prosseguindo, colhidos e apurados os votos, verifica-se o seguinte resultado:

PARA PRESIDENTE:

Deputado JAIRO MAGALHÃES 12 votos
Em Branco 1 voto

PARA VICE-PRESIDENTE:

Deputado FERNANDO LYRA 13 votos

Em continuação, o Senhor Senador Gustavo Capanema, no exercício da Presidência, proclama eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, os Senhores Deputados Jairo Magalhães e Fernando Lyra e convida o primeiro a assumir a direção dos trabalhos.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado Jairo Magalhães, Presidente, apresenta em seu nome e do Deputado Fernando Lyra agradecimentos pela honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Itálvio Coelho para Relatar a Mensagem, objeto da criação da presente Comissão Mista.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a reunião e, para constar, eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente, demais membros e vai à publicação nas Seções I e II do Diário do Congresso Nacional.

Senadores Guido Mondim — Itálvio Coelho — Gustavo Capanema — Waldemar Alcântara — Alexandre Costa — João Cleofas — Ruy Carneiro — Deputados Adhemar de Barros Filho — Norberto Schmidt — João Castelo — Hildebrando Guimarães — Jairo Magalhães — José Haddad

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Jairo Magalhães
Vice-Presidente: Deputado Fernando Lyra
Relator: Senador Itálvio Coelho

Senadores

Deputados

ARENA

- | | |
|-----------------------|----------------------------|
| 1. Guido Mondim | 1. Adhemar de Barros Filho |
| 2. Itálvio Coelho | 2. Norberto Schmidt |
| 3. Clodomir Millet | 3. Tourinho Dantas |
| 4. Emival Caiado | 4. João Castelo |
| 5. Gustavo Capanema | 5. Hildebrando Guimarães |
| 6. João Calmon | 6. Jairo Magalhães |
| 7. José Guimard | 7. José Haddad |
| 8. Waldemar Alcântara | 8. Josias Leite |
| 9. Alexandre Costa | |
| 10. João Cleofas | |

MDB

- | | |
|-----------------|------------------|
| 1. Ruy Carneiro | 1. José Camargo |
| | 2. Dias Menezes |
| | 3. Fernando Lyra |

CALENDÁRIO

Dia 13-09-73 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta;
Até Dia 03/10 — Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110, do Regimento Comum.

PRAZO

Até dia 03-10-73, na Comissão Mista;
Até dia 04-11-73, no Congresso Nacional.

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Serviço de Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito —
Térreo — Anexo II — Senado Federal
Assistente: Hugo Rodrigues Figueiredo
Telefone: 24-81-05 — Ramais 314 e 313.

MESA		LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA
Presidente: Paulo Tórres (ARENA — RJ)	3º-Secretário: Milton Cabral (ARENA — PB)	Líder: Petrônio Portella (ARENA — PI)
1º-Vice-Presidente: Antônio Carlos (ARENA — SC)	4º-Secretário: Benedito Ferreira (ARENA — GO)	Vice-Líderes: Eurico Rezende (ARENA — ES) Ney Braga (ARENA — PR) Virgílio Távora (ARENA — CE) Dinarte Mariz (ARENA — RN) José Lindoso (ARENA — AM) Flávio Britto (ARENA — AM) Saldanha Derzi (ARENA — MT) Osires Teixeira (ARENA — GO) Guido Mondim (ARENA — RS)
2º-Vice-Presidente: Adalberto Sena (MDB — AC)	Suplentes de Secretários: Geraldo Mesquita (ARENA — AC)	LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA
1º-Secretário: Ruy Santos (ARENA — BA)	José Augusto (ARENA — MG)	Líder: Nelson Carneiro (MDB — GB)
2º-Secretário: Augusto Franco (ARENA — SE)	Antônio Fernandes (ARENA — BA)	Vice-Líderes: Danton Jobim (MDB — GB) Benjamin Farah (MDB — GB)
	Ruy Carneiro (MDB — PB)	

COMISSÕES

Diretora: Helena Ruth Laranjal Farias Rigolon
Local: Anexo II — Térreo

Telefones: 23-6244 e 24-8105 — Ramais 193 e 257

**A) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS
E DE INQUÉRITO
Comissões Temporárias**

Chefe: J. Ney Passos Dantas
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional;
 - 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos;
 - 3) Comissões Especiais e de Inquérito; e
 - 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (artigo 90 do Regimento Comum).
- Assistentes de Comissões: Hugo Rodrigues Figueiredo, Ramal 314; Hugo Antônio Crepaldi, Ramal 672; e Haroldo Pereira Fernandes, Ramal 674.

B) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramais 301 e 313.

**COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)
(7 Membros)**

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

Titulares

ARENA

Antônio Fernandes
Vasconcelos Torres
Paulo Guerra
Ney Braga
Flávio Britto
Mattos Leão

Suplentes

Tarso Dutra
João Cleofas
Fernando Corrêa

MDB

Amaral Peixoto

Ruy Carneiro

Assistente: Cândido Hippert — Ramal 676
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "C" — Azul — Anexo II — Ramal 617.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)
(7 Membros)**

COMPOSIÇÃO

Presidente: Clodomir Milet
Vice-Presidente: Teotônio Vilela

Titulares

ARENA

José Guimard
Teotônio Vilela
Dinarte Mariz
Wilson Campos
José Esteves
Clodomir Milet

Suplentes

Saldanha Derzi
Osires Teixeira
Lourival Baptista

MDB

Ruy Carneiro

Franco Montoro

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "E" — Bege — Anexo II — Ramal 613

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)
(13 Membros)**

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

Titulares

ARENA

José Lindoso
José Sarney
Carlos Lindenberg
Helvídio Nunes
Italívio Coelho
Mattos Leão
Heitor Dias
Gustavo Capanema
Wilson Gonçalves
José Augusto
Daniel Krieger
Accioly Filho

Suplentes

Eurico Rezende
Osires Teixeira
João Calmon
Lenoir Vargas
Vasconcelos Torres
Carvalho Pinto

MDB

Nelson Carneiro

Franco Montoro

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "A" — Laranja — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Ruy Carneiro

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Dinarte Mariz		Carlos Lindenberg
Eurico Rezende		Luiz Cavalcante
Cattete Pinheiro		Waldemar Alcântara
Ney Braga		José Lindoso
Osires Teixeira		Wilson Campos
Fernando Corrêa		
Saldanha Derzi		
Heitor Dias		
Antônio Fernandes		
José Augusto		
	MDB	
Ruy Carneiro		Nelson Carneiro

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 307
Reuniões: Quartas-feiras, às 09:30 horas
Local: Sala "D" — Marrom — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Magalhães Pinto		Domicio Gondin
Vasconcelos Torres		José Augusto
Wilson Campos		Geraldo Mesquita
Jessé Freire		Flávio Britto
Arnon de Mello		Leandro Maciel
Teotônio Vilela		
Paulo Guerra		
Renato Franco		
Helvídio Nunes		
Luiz Cavalcante		
	MDB	
Franco Montoro		Amaral Peixoto

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "C" — Azul — Anexo II — Ramal 617.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema
Vice-Presidente: João Calmon

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Gustavo Capanema		Arnon de Mello
João Calmon		Helvídio Nunes
Tarso Dutra		José Sarney
Geraldo Mesquita		
Cattete Pinheiro		
Milton Trindade		
	MDB	
Benjamin Farah		Franco Montoro

Assistente: Marcello Zamboni — Ramal 306
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala "D" — Marrom — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Cleofas
Vice-Presidente: Virgílio Távora

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Celso Ramos		Cattete Pinheiro
Lourival Baptista		Italívio Coelho
Saldanha Derzi		Daniel Krieger
Geraldo Mesquita		Milton Trindade
Alexandre Costa		Dinarte Mariz
Fausto Castelo-Branco		Eurico Rezende
Lenoir Vargas		Flávio Britto
Jessé Freire		Emival Caiado
João Cleofas		
Carvalho Pinto		
Virgílio Távora		
Wilson Gonçalves		
Mattos Leão		
Tarso Dutra		
	MDB	
Amaral Peixoto		Nelson Carneiro
Ruy Carneiro		
Danton Jobim		

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "C" — Azul — Anexo II — Ramal 617.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro
Vice-Presidente: Heitor Dias

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Heitor Dias		Wilson Campos
Domicio Gondin		Accioly Filho
Renato Franco		José Esteves
Guido Mondin		
Ney Braga		
Eurico Rezende		
	MDB	
Franco Montoro		Danton Jobim

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 307
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "B" — Lilás — Anexo II — Ramal 621.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Benjamin Farah

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Arnon de Mello		Paulo Guerra
Luiz Cavalcante		Antônio Fernandes
Leandro Maciel		José Guimard
Milton Trindade		
Domicio Gondin		
Lenoir Vargas		
	MDB	
Benjamin Farah		Danton Jobim

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "E" — Bege — Anexo II — Ramal 613

COMISSÃO DE REDAÇÃO (5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carlos Lindenberg
Vice-Presidente: Danton Jobim

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Carlos Lindenberg		Lourival Baptista
José Lindoso		Wilson Campos
José Augusto		
Cattete Pinheiro		
	MDB	
Danton Jobim		Ruy Carneiro

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "E" — Bege — Anexo II — Ramal 613.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE) (15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto
Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Carvalho Pinto		Emival Caiado
Wilson Gonçalves		Fausto Castelo-Branco
Jessé Freire		Carlos Lindenberg
Fernando Corrêa		José Lindoso
Dinarte Mariz		José Guimard
Arnon de Mello		Cattete Pinheiro
Magalhães Pinto		Virgílio Távora
Accioly Filho		Ney Braga
Saldanha Derzi		
José Sarney		
Lourival Baptista		
João Calmon		
	MDB	
Franco Montoro		Amaral Peixoto
Danton Jobim		
Nelson Carneiro		

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 307
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala "B" — Lilás — Anexo II — Ramal 621.

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS) (7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa
Vice-Presidente: Fausto Castelo-Branco

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Fernando Corrêa		Saldanha Derzi
Fausto Castelo-Branco		Wilson Campos
Cattete Pinheiro		Clodomir Milet
Lourival Baptista		
Duarte Filho		
Waldemar Alcântara		
	MDB	
Benjamin Farah		Ruy Carneiro

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312
Quartas-feiras, às 10:00 horas
Sala "B" — Lilás — Anexo II — Ramal 621

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN) (7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: José Guimard

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Waldemar Alcântara		Alexandre Costa
José Lindoso		Celso Ramos
Virgílio Távora		Milton Trindade
José Guimard		
Flávio Britto		
Vasconcelos Torres		
	MDB	
Benjamin Farah		Amaral Peixoto

Assistente: Marcello Zamboni — Ramal 306
Quintas-feiras, às 10:00 horas
Sala "A" — Laranja — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC) (7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto
Vice-Presidente: Tarso Dutra

Titulares		Suplentes
	MDB	
Tarso Dutra		Magalhães Pinto
Celso Ramos		Gustavo Capanema
Osires Teixeira		Paulo Guerra
Heitor Dias		
Jessé Freire		
	MDB	
Amaral Peixoto		Benjamin Farah

Assistente: Cândido Hipert — Ramal 676
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "A" — Laranja — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT) (7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Leandro Maciel
Vice-Presidente: Alexandre Costa

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Leandro Maciel		Dinarte Mariz
Alexandre Costa		Duarte Filho
Luz Cavalcante		Virgílio Távora
Lenoir Vargas		
Geraldo Mesquita		
José Esteves		
	MDB	
Danton Jobim		Benjamin Farah

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "B" — Lilás — Anexo II — Ramal 621.